**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MONALIZA DA SILVA QUEIROZ

**O ACESSO À EDUCAÇÃO DE REFUGIADOS INDÍGENAS VENEZUELANOS EM
REDES DE ENSINO BRASILEIRA: O POVO WARAO EM BOA VISTA/RORAIMA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

MONALIZA DA SILVA QUEIROZ

O ACESSO À EDUCAÇÃO DE REFUGIADOS INDÍGENAS VENEZUELANOS EM REDES DE ENSINO BRASILEIRA: O POVO WARAO EM BOA VISTA/RORAIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

MONALIZA DA SILVA QUEIROZ

O ACESSO À EDUCAÇÃO DE REFUGIADOS INDÍGENAS VENEZUELANOS EM REDES DE ENSINO BRASILEIRA: O POVO WARAO EM BOA VISTA/RORAIMA.

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Data de aprovação: 30/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Anna Claudia Gomes de Sousa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AP - Abrigo Pintolândia

OP - Operação Acolhida

CERAM/RN - Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte.

CONARE - Comitê Nacional para Refugiados

CRI - Centro de Referência ao Imigrante

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação

MPF - Ministério Público Federal

OIM - Organização Internacional das Migrações

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

UERR - Universidade Estadual de Roraima

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	JUSTIFICATIVA	10
3	PROBLEMA DE PESQUISA	11
4	OBJETIVOS	11
4.1	GERAL	11
4.2	ESPECÍFICOS	11
5	REFERENCIAL TEÓRICO	12
5.1	O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO	12
5.2	A CHEGADA DOS WARAO EM BOA VISTA – RR	13
5.3	INCLUSÃO SOCIAL E INTERCULTURALIDADE EDUCACIONAL	15
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
7	REDES EDUCATIVAS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO URBANO ESCOLAR EM BOA VISTA E AS BARREIRAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE WARAO EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL	17
7.1	AS BARREIRAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE WARAO EM BOA VISTA - RR	19
7.2	CONTEXTUALIZANDO A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE WARAO EM MOSSÓRO – RN, BELEM- PA E BOA VISTA-RR	20
7.3	POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL IMPLEMENTADOS PARA REFUGIADOS INDÍGENAS VENEZUELANOS EM BOA VISTA – RR, COM FOCO NA ETNIA WARAO	23
8	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as questões relacionadas ao acesso à educação de refugiados indígenas venezuelanos da etnia Warao, nas redes de ensino brasileiras, com foco em Boa Vista-RR, onde se encontra o maior percentual de indígenas dessa comunidade. O intuito é compreender a aderência das políticas de inclusão para refugiados indígenas venezuelanos que chegam ao Brasil todos os anos e seguem em direção a Boa Vista-RR. Visto que os solicitantes de refúgio e refugiados têm o direito à Educação conforme a Lei 9.474/1997 – Estatuto dos Refugiados.¹

Mas nem sempre isso acontece e essa questão se dá devido a vários fatores, que vão desde a regulamentação de documentos, poucas vagas nas escolas devido ao forte fluxo migratório, e à falta de qualificação específica para atender e auxiliar a comunidade.

O povo Warao no Brasil no marco da condição de refúgio vivencia uma situação tipificada de emergência humanitária. Ao chegar no Brasil, em sua maioria, são recebidos por projetos sociais que visam seu acolhimento, como no caso dos venezuelanos com a Operação Acolhida (OP). Esse projeto humanitário foi concebido em 2018 durante o governo do ex-presidente Michel Temer. Além do exército, conta com o trabalho conjunto de diversas entidades federativas. Isso se deu devido ao aumento do fluxo migratório venezuelano no Brasil, e com isso houve a necessidade de criar um projeto de assistência emergencial para dar a devida atenção aos refugiados e imigrantes venezuelanos (ACNUR)

A comunidade Warao faz parte de uma etnia indígena originária da República Bolivariana da Venezuela. Geograficamente, eles ocupam um espaço que se estende por todo o Delta do Rio Amacuro e por todo o estado de Monagas e Sucre, no Delta do Rio Orinoco, localizado na região nordeste da Venezuela.

Segundo o último Censo Nacional Indígena de 2011, os Warao simbolizam a segunda maior etnia venezuelana, com cerca de 49 mil pessoas, falantes da língua materna homônima, pertencente a um grupo linguístico isolado. Entretanto, há variações em relação ao domínio do espanhol, já que apresentam diferentes níveis de fluência.

¹ A Lei 9.474/1997 é uma legislação brasileira. Ela trata do estatuto dos refugiados no Brasil, estabelecendo normas para a concessão de asilo e proteção a estrangeiros que, por fundados temores de perseguição devido a sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontrem-se fora de seu país de origem e não possam ou não queiram acolher-se à proteção de tal país. Essa lei foi promulgada em 22 de julho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em 04/12/2023.

Figura 1 - Divisão territorial de Venezuela

Fonte: The Photographer (s/a).

Na comunidade Warao, as mulheres têm uma importância significativa², já que, na maioria das vezes, são elas que organizam os grupos para o deslocamento/migração, pelo fato de conseguirem arrecadar dinheiro mais rapidamente através do artesanato. Além disso, contam com doações e praticam o "*ebukitane*", que é a prática de pedir. Normalmente, são impulsionadas pela vontade de buscar melhorias de vida e recursos para sua sobrevivência e de sua família, mas também por meio das redes migratórias definidas como:

São complexos laços interpessoais que conectam essas pessoas por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade ainda nas áreas de origem ou já nas de destinos, são de grande importância na dinâmica da mobilidade Warao, influenciando tanto o processo e o tempo de permanência em uma cidade como também a decisão sobre novos deslocamentos (Rosa, 2020, p. 34).

Diante disso, abordaremos brevemente a questão dos processos migratórios dos Warao até sua chegada ao Brasil, mais precisamente em Boa Vista-RR, que é o foco desta pesquisa. Onde esses ciclos migratórios começaram primeiramente em torno dos centros urbanos do Delta e, logo após, se expandiram até Caracas, capital do país de origem. Contudo, devido aos impactos ambientais sofridos em seus territórios originários e por questões ligadas à saúde e educação, impulsionados também por uma forte crise econômica e política na Venezuela que

² Composto por famílias matrilineares e extensivas, os grupos são conduzidos pelos homens, porém são as mulheres as que fornecem as informações para as decisões, e possuem um papel central no dia a dia do grupo. A importância da mulher warao na comunidade é multifacetada e abrange diversas áreas, como: Organização familiar, preservação cultural e social, participação econômica, educação e socialização (ACNUR, 2021).

acabou por atingi-los, houve a necessidade de migrar para fora, ou seja, para outros países, sendo o Brasil um deles.

Figura 2 - Mapa do estado de Roraima, com foco em Boa Vista.

Fonte: Editoria de Arte/G1(s/a)

De acordo com dados elaborados pelo Ministério Público Federal, os primeiros Warao chegaram à Boa Vista em 2014, ano em que 33 Warao, em situação de rua, foram deportados pela Polícia Federal” (Simões, 2017, p. 52). Dados da ACNUR também informam que, até 14 de agosto de 2020, havia cerca de 5 mil indígenas de etnias como Warao, Pemón, Eñepa, Karinã e Wayúu, sendo os Warao a etnia com a maior porcentagem, representando cerca de 65% do total de indígenas que vieram para o Brasil até agosto do mesmo ano.

Os indicadores de acesso à educação da comunidade indígena têm níveis variados. Para determinadas etnias que têm como idioma principal a língua materna, o ingresso na rede de ensino depende também do entendimento da língua do local em que estão, uma vez que a maioria das escolas fora dos abrigos não oferece o ensino bilíngue. Isso é bastante prejudicial para inserir essas crianças ou jovens no meio social sem que eles se sintam excluídos ou abandonados.

Sabemos que o direito a educação é universal e reconhecido, independente da sua etnia, e podemos ver tais leis apontadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, presente na página do Ministério dos Direitos Humanos que diz o seguinte sobre as 3 principais premissas do Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é

obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. A terceira afirma que “aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos”. (Ministério da Direitos Humanos, Artigo 26: Direito a educação)

O estado de Roraima por ser umas das principais rotas e por todo um certo contexto histórico, acaba tendo uma grande diversidade cultural em cada município e é importante que essa educação seja garantida para todos os indígenas imigrantes e refugiados ali presentes, mas, além disso, é necessário inserir, reforçar e reafirmar aos valores culturais dos Warao, para que a educação escolar acrescente na sua trajetória e não seja como uma forma de apagamento cultural.

De acordo com os autores Silva, Portela e Matos (2017), as escolas urbanas de Boa Vista atendem os alunos indígenas e não indígenas da mesma forma, oferecendo uma educação linear e básica, baseada nos conceitos normais de convivência. Entretanto, essas escolas não possuem a preparação necessária para acolher e oferecer uma educação intercultural para alunos indígenas, como os Warao. Além das dificuldades, existe também o preconceito linguístico que afeta negativamente a população indígena em geral

Ainda de acordo a ACNUR (2019):

A resolução nº 01/2020 do Ministério da Educação (MEC), estabelece ainda que as Escolas adotem procedimentos de acolhimento a Esses estudantes, com base na não discriminação; na prevenção de bullying, racismo e xenofobia; na valorização da cultura do estudante não brasileiro; no ensino de português como língua de acolhimento; e na formação de classes comuns (brasileiros e estrangeiros). (ACNUR, 2019, p.56)

Por isso, a pesquisa vai analisar e trazer tais questionamentos a respeito desta problemática, que é a relação do acesso dos Warao à educação básica e a necessidade de inserção dos jovens e crianças na sociedade por meio de políticas de igualdade. Evidenciando o papel que as instituições têm nesse sentido, considerando que, segundo as minhas leituras, há uma necessidade de ampliação curricular e metodológica nas escolas de Boa Vista-RR, tornando seu currículo mais inclusivo e acolhedor, para que assim ocorra uma diminuição no impacto do choque cultural nas barreiras relacionadas à inclusão.

2 JUSTIFICATIVA

A situação dos refugiados indígenas venezuelanos, em particular da comunidade Warao, em Boa Vista/Roraima vem necessitando da devida atenção, já que carregam consigo desafios significativos em relação ao acesso à educação e à inclusão social no Brasil.

Visto que, a concentração da comunidade Warao em todo o estado de Roraima atualmente é bastante ampla, e ao tratar do acesso à educação para indígenas venezuelanos, deve se assegurar o direito a ter uma educação inclusiva e diferenciada. Já que os Warao carregam contribuições significativas para a humanidade em relação a conhecimentos tradicionais, práticas sustentáveis e formas de vida em harmonia com o meio ambiente, fora a sua diversidade cultural, como a língua, arte e música.

O motivo principal da escolha do tema foi quando comecei a acompanhar lá por 2019/2020 questões de fluxo migratório venezuelano para o estado de Roraima pela tv, internet e outros veículos de mídia, o que me fez querer entender como funcionava essas políticas de inclusão no que se diz a respeito ao acesso à educação, já que em meio a centenas de pessoas migrantes e refugiados de todas as idades existem crianças e jovens em idade escolar que juntamente com suas famílias tiveram que abandonar seu país.

Segundo dados da ACNUR, cerca de 1.200 crianças e jovens venezuelanos, receberam apoio para matrícula escolar em Roraima, parte da comunidade Warao. Nisso vi uma necessidade em compreender como funciona essas políticas de acolhimento, inclusão social e até nesse processo de adaptação. (ACNUR, 2023).

Em relação a comunidade Indígena Warao, conheci através de uma conversa com minha orientadora, onde na ocasião fui apresentada a textos sobre a comunidade, e a partir disso compreendi que as migrações venezuelanas iam além do que eu imaginava, e que dentre essas milhares de pessoas migrantes e refugiados, que atravessavam a fronteira todos os dias em direção a Boa Vista-RR, existiam diversas etnias indígenas, sendo uma delas a comunidade Warao.

Que tinham mais presença em Boa Vista- RR, o que despertou ainda mais minha curiosidade analítica em relação a entender como funcionava esses processos de inclusão educacional, ainda mais com as barreiras do idioma por serem uma etnia que além de ter uma língua homônima própria.

Na perspectiva social, o presente trabalho pretende trazer atenção e fomentar debates a respeito do tema em questão, chamando a atenção de órgãos responsáveis por essa inclusão e acolhimento, fazendo com que tal assunto tenha mais visibilidade e as pessoas conheçam toda

a importância social, cultural e histórica da comunidade Warao, no que se trata da capacidade significativa de ação e protagonismo.

Os Waraos são bastante engajados em relação a questões relacionadas a inclusão social, como na organização comunitária, preservação cultural e conhecimento tradicional, reconhecendo a importância de transmitir seu conhecimento, e fazendo mobilizações que reivindicam seus direitos a educação e saúde. Em resumo, a pesquisa justifica-se pela importância de compreender e melhorar o acesso à educação dos refugiados indígenas Warao em Boa Vista-RR, visando contribuir para a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento social e a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa consiste em entender o impacto do acesso à educação na integração social, cultural e econômica dos refugiados indígenas venezuelanos do povo Warao em Boa Vista/Roraima.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Investigar os desafios enfrentados pelos refugiados indígenas venezuelanos da etnia Warao no acesso à educação em Boa Vista/, identificando os desafios e oportunidades enfrentados por essa comunidade no contexto da rede de ensino brasileira.

4.2 ESPECÍFICOS

- Analisar as políticas e programas de inclusão educacional implementados para refugiados indígenas venezuelanos em Boa Vista- RR, com foco na etnia Warao.
- Examinar o impacto do acesso à educação na integração social, cultural e econômica dos refugiados indígenas Warao em Boa Vista/Roraima.

5 REFERÊNCIAL TEÓRICO

5.1 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

Durante o período de 2018 a 2020 uma grande parcela de imigrantes vindos da Venezuela chegava ao Brasil, onde foi observado pelas organizações de imigração que dentro desta porcentagem, constavam inseridos também as comunidades indígenas, como os Warao, o qual representa o principal foco desta pesquisa. Mas também estavam presentes as etnias E'ñepa, Karinã e Wayúu que se deslocam de seu país de origem, com a mesma vontade e busca pela segurança, saúde, oportunidades e qualidade de vida no Brasil. (IPEA, 2021).

Os Warao em específico sempre tiveram o costume de viver em constante movimento, seja para os arredores do Delta ou então para os centros urbanos da Venezuela, em busca de recursos para a sua sobrevivência e esse é um dos motivos pela qual a maioria fala espanhol mesmo tendo uma língua homônima.

Von Zuben *et al* (2018), aborda o processo migratório de um ponto de vista totalmente diferente, onde o desenvolvimento da globalização também foi um ponto importante, que aumentou o mercado financeiro em diferentes países e fez com que aumentasse a expectativa de melhoria de vida dos imigrantes e refugiados que estavam em busca de oportunidades.

Os processos migratórios dos Warao são motivados por diversos fatores, desde a procura de recursos até o acesso a programas de saúde e educação. Contudo, é importante reforçar que nem sempre as migrações foram e estão sendo por livre e espontânea vontade, visto que muitas vezes foram feitas de maneira forçada, ocasionadas por crises políticas e econômicas que atingem a população venezuelana desde 2010, mas que ganharam força em 2014. Além disso, segundo Von Zuben (2018) os impactos ambientais também contribuíram dificultando a permanência dos Warao em sua localidade nativa e os impossibilitaram de tirar seu sustento da terra, fazendo com que tenham a necessidade de buscar oportunidades no Brasil.

Já no Brasil, os projetos sociais os acolhem em abrigos provisórios, onde e feito uma triagem inicial, regulamentação de documentação, e ali eles ficam até que consigam se estabilizar financeiramente, já outros vem para ficar na casa de amigos familiares e outros parentes que já vieram mais na frente, o que podemos chamar de vínculos de parentesco.

Entretanto, é possível encontrar falhas no que se diz a respeito da Operação Acolhida (OP). Segundo Vasconcelos e Machado (2021), trata-se de um projeto totalmente militarizado, predominando o medo, ameaça e a desconfiança, o que acaba causando uma certa separação entre brasileiros e venezuelanos em geral. Os autores ainda abordam a relação de seletividade

observada nos abrigos de Boa Vista-RR, que ultrapassa as questões de nacionalidade, sendo ainda observada uma certa rispidez por parte dos militares que fazem a segurança dos abrigos.

5.2 A CHEGADA DOS WARAO EM BOA VISTA – RR

A chegada em Boa Vista-RR nem sempre é fácil, pois, da sua cidade atual até a sua cidade de destino, os Warao enfrentam dificuldades de locomoção e acomodação. Muitos vêm do interior da Venezuela para o Brasil, mas outros também vêm de outras localidades do Brasil para Boa Vista, seja para morar ou para visitar parentes que já estão na cidade. Muitos até acabam ficando em abrigos, praças e ruas dos centros urbanos de Boa Vista.

Ainda sobre a Operação Acolhida (OP), segundo os autores Vasconcelos e Machado (2021), durante sua estadia em Boa Vista, eles perceberam uma certa "política de higienização dos espaços públicos", onde a OP fazia a retirada forçada de venezuelanos desses espaços, como praças, ruas e terrenos abandonados, colocando-os em abrigos que, na maioria das vezes, estão superlotados.

Olhando por esse lado da Operação Acolhida (OP), parece querer fazer um certo isolamento dos refugiados venezuelanos em abrigos que normalmente são muito distantes dos centros urbanos. A xenofobia e o preconceito aumentam quando percebem que, além de refugiados venezuelanos, existem ali também as etnias indígenas como os Warao e as comunidades LGBTI+ que são separadas por barracas de camping.

Conforme a ACNUR (2020), os abrigos em geral possuem a função de acolher pessoas que se encontram em vulnerabilidade, dando a elas um suporte e uma acolhimento, fundamental para restaurar a segurança pessoal, autossuficiência e dignidade.

No que se refere aos indígenas da etnia Warao em Roraima, segundo a ACNUR (2020), no Brasil existem mais de 4.281 indígenas Warao morando em abrigos, ruas ou residências permanentes. Dentro desse quantitativo, encontram-se incluídas crianças e jovens. Só em Roraima, é possível observar cerca de 1,3 mil indígenas Warao espalhados pelos municípios do estado.

Os abrigos geralmente são feitos como moradia temporária; entretanto, muitas famílias Waraos permanecem ali por meses ou até anos. Devido ao grande fluxo migratório, esses abrigos acabam ficando superlotados, com diversas comunidades e culturas. Em Boa Vista, existe um abrigo exclusivo para a comunidade indígena que acaba acolhendo também pessoas não indígenas.

Segundo Otero, Totelly e Rodrigues (2018):

No estado de Roraima existem dois abrigos exclusivos para a população indígena: o Pintolândia, em Boa Vista, com aproximadamente 750 indivíduos, e o Janokoïda, em Pacaraima, com outros 630. Aproximadamente 28% desses indígenas são crianças e muitos, especialmente as mulheres, falam apenas sua língua nativa, fato que dificulta o acesso a serviços básicos. (Otero; Totelly; Rodrigues. 2018, p. 42).

O percentual de famílias e comunidades que se deslocam diariamente para de Roraima em direção aos abrigos de Boa Vista são bem amplas, e nisso, percebe-se que a quantidade de crianças, jovens e mulheres grávidas acabam sendo bem amplas. Fazendo com que seja necessária uma atenção específica e especial para esse povo, principalmente no que se diz a respeito da educação e saúde.

Rosa (2020), conta que em julho de 2014 a imprensa brasileira publicou a presença dos primeiros Warao no Brasil, mas precisamente em Boa Vista, onde na ocasião houve a deportação de 28 indígenas pela polícia federal de Boa Vista-RR, segundo o texto, essa deportação teve como motivo de situação irregular nos termos do estatuto do estrangeiro.

Silva (2018), fala sobre o desempenho do papel importante da FUNAI em garantir a segurança e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, tal como o reconhecimento cultural, e a aplicação de leis que visam garantir à seguridade social e educação escolar indígena, além de monitorar e fiscalizar as terras.

Silva (2018) cita que:

A presidência da Funai dança ciranda com a lei, Famílias Warao e E'ñepa seguem sofrendo. Entre outras consequências, a 'atuação modesta' da Funai tem afetado os direitos de migrantes Indígenas Warao à nacionalidade e à documentação indígena (Silva *et al.*, 2018; Oim, 2018).

Contudo, a atuação da FUNAI diante desta problemática não tem sido suficiente, visto que não está havendo apoio necessário a essas comunidades, segundo Magalhães *et al.* (2018), a Funai primeiramente está tratando da condição dos indígenas como imigrantes, para só depois ver os valores e direitos indígenas, abandonando aspectos das leis indígenas que não estão sendo totalmente respeitadas e postas em prática.

Em relação ao quantitativo de pessoas indígenas e autodeclaradas indígenas no Brasil, os autores WeschenfelderI, OliveiraIII e Henn FabrisV, V (2021), comentam sobre o estado de Roraima, que atualmente tem uma grande diversidade cultural, onde segundo dados do IBGE de 2010 mais de 11% da população se autodeclarou indígena, chegando a ser quase 55,4% da

população presentes no Brasil. Tendo assim nas suas áreas urbanas uma grande diversidade de etnias não só brasileiras como também imigrantes e refugiados como a comunidade Warao.

5.3 INCLUSÃO SOCIAL E INTERCULTURALIDADE EDUCACIONAL

A educação intercultural promove valores como a igualdade, o sentido comunitário, a aceitação e o respeito pelo outro, o respeito aos direitos humanos ou à solidariedade (Matos; Permisán, 2016, p. 1096).

A adaptação Warao em redes de ensino tem sido cada vez mais complicada, pois além da dificuldade linguística que já foi mencionada, existem ainda as questões culturais ao ensino inclusivo e intercultural nas escolas.

Os autores Santiago, Akarri e Marques (2013), abordam questões a respeito da diversidade cultural no Brasil, assim com a importância da interculturalidade específica para grupos culturais diversos, trazendo a relevância da preservação cultural e de gênero. Observando as perspectivas das escolas brasileiras, os autores acreditam que o Brasil, mesmo com a existência de uma lei que assegura essa categoria de ensino, ainda existem obstáculos que permitam que essa lei vigore de forma plena, usando os meios específicos e necessários para que essa inclusão ocorra.

Para que isso dê certo, é necessário capacitar profissionais interculturalmente para que entendam as diferenças e singularidades culturais presentes no espaço em que eles irão atuar. O que de fato já traria melhorias para inclusão de comunidades indígenas como os Warao em redes ensino no Brasil. As diversidades culturais sempre foram presentes no Brasil e no resto do mundo, entretanto nem sempre tiveram o devido reconhecimento, contudo, com a grande demanda dos processos migratórios essa população foi crescendo e à medida que foram ocupando espaços e ficando cada vez mais evidentes, houve a necessidade de ter reconhecimento, conforme é citado em uma parte do texto em que fala sobre a transição democrática que levou até o processo de visibilidade.

A interculturalidade no contexto brasileiro é fortemente influenciada pela transição democrática dos anos de 1980, que marcaram o início da visibilidade e do aumento da legitimidade da diversidade cultural no espaço público. (Santiago; Akarri; Marques, 2013, p. 9).

Já para Rosa (2010), a inclusão dos Warao no meio educacional começa desde os abrigos, onde eles têm a oportunidade de frequentar aulas com professores brasileiros e alguns até conseguem ter a oportunidade de ter aulas com professores indígenas, contudo ainda assim

é complicada, por se tratar de uma educação inicial básica e não tão inclusiva. Em apenas em um abrigo, foi identificado a presença de um professor indígena e um que tinha formação em contextos indígenas, entretanto, isso ainda não é o suficiente já que não agrega a toda comunidade Warao em geral, e sim apenas a uma parcela.

Rosa (2010), ainda aborda a importância de que esta educação seja planejada e inclusiva, respeitando e valorizando a língua materna, assim como a cultura do indivíduo em questão. Já que é de suma importância a inclusão da educação intercultural bilíngue nos currículos escolares para a preservação dos direitos culturais, como o reconhecimento da diversidade, exercício da identidade como povos e o uso irrestrito do idioma e uma educação própria, que respeite o patrimônio cultural.

Zuber (2018), aborda que a educação inicial vai além de inserir a pessoa no meio educacional, mas sim é necessário capacitá-la para inserir no mercado de trabalho, pois a falta de conhecimento acaba deixando o indivíduo indígena imigrante vulnerável às condições de trabalho no Brasil visto que foi observado o crescimento do aliciamento e a escravidão de refugiados venezuelanos e indígenas no mercado informal, e que de certa forma a educação básica inicial se faz de grande importância.

6 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia utilizada baseou-se na análise qualitativa, explorando a compreensão da trajetória que levou ao problema de trabalho por meio da coleta e análise de dados. A pesquisa bibliográfica buscou compreender trabalhos acadêmicos, artigos, livros e dissertações já publicados sobre o tema em questão para entender quais procedimentos seriam necessários durante a pesquisa.

A técnica de coleta de dados é um dos principais instrumentos usados em pesquisas, desempenhando um papel importante nos estudos científicos. Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a vantagem dessa técnica, diferente das outras, é que ela torna possível a obtenção imediata da informação requerida.

Foi necessário analisar perspectivas de vários autores em relação ao assunto em questão, abordando desde suas perspectivas positivas até suas críticas. A pesquisa também incluiu uma análise sobre dados de acesso à educação e faixa etária dos participantes do estudo, explorando os desafios e barreiras que impedem o acesso a recursos relacionados à educação para a comunidade Warao.

Além disso, pretendo, por meio dessas pesquisas, analisar as políticas educacionais implementadas no período de estudo, identificando seu impacto no acesso à educação dos refugiados indígenas Warao e verificando dados atualizados do governo em relação à inclusão da comunidade Warao nas escolas de Boa Vista.

A coleta de dados foi realizada em vários bancos de dados, como acervos, relatórios e bibliotecas online de organismos internacionais e regionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) entre outros.

7 REDES EDUCATIVAS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO URBANO ESCOLAR EM BOA VISTA E AS BARREIRAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE WARAO EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL

No livro, soluções duradouras para indígenas e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil, publicado pela (OIM) em 2020, é possível ver a questão de adaptação escolar da comunidade Warao por outro ponto de vista. Visto que, o município de Boa Vista, até o momento, não conta com escolas voltadas para o ensino bilíngue na língua warao, e dessa forma, a inclusão do português para as crianças e jovens como terceira língua fica ainda mais complicada.

Silva e Camargo (2013), citam o projeto educacional *Casa de los Niños*, que também é conhecido como centro de referência ao imigrante (CRI), localizada em Boa Vista—RR, atende crianças e jovens indígenas e não indígenas de abrigos locais, mas tem o foco exclusivamente ao acolhimento de imigrantes indígenas vindo especificamente da Venezuela, onde observasse um grande contingente de famílias E'ñepa e Warao.

Ainda Silva e Camargo (2013):

O sistema de educação é um dos palcos que apresenta tais inadequações no atendimento da população migrante, sobretudo a Indígena, sendo objeto de problematização tanto a não inserção desse Público na rede pública de ensino, o que ocorre em quase sua totalidade, quanto a inserção que não considera suas especificidades culturais. (Silva; Camargo, 2013, p. 218)

É importante reforçar que Rosa (2020) diz que é necessário e muito importante que esses jovens e crianças da comunidade Warao tenham a oportunidade de um ensino completo, em

que além do entendimento da língua portuguesa ela fala também da valorização de sua cultura materna, é que seja incluso o ensino de todas as outras matérias do ambiente escolar para trazer a qualificação necessária para desenvolvimento pessoal.

Silva e César (2020) abordam que isso deveria ser um plano de políticas públicas que realmente gerasse um resultado no Brasil, a busca por assegurar e garantir esses direitos não pode parar e nem ser omissos.

O governo brasileiro deve construir e melhorar políticas públicas na prática e não apenas esperar que as ONGs façam isso por eles, como ocorreu com “*Casa de los Niños*” e outros projetos voltados para educação Indígenas dentro e fora dos abrigos.

Casa de los Niños nasceu dessa necessidade de busca por uma educação inclusiva e que respeitasse a identidade cultural do outro, vindo com esse papel de fortalecer a língua nativa fazendo uma socialização e um compartilhamento de conhecimento, e não uma imposição de ideais, como normalmente acontece na educação brasileira que se diz inclusiva. O local conta com professores capacitados e com professores indígenas que estudaram e buscaram materiais didáticos já utilizados por essas pessoas e grupos sociais indígenas para adequar a sua metodologia ao público indígena em questão.

O que é abordado por outros autores como Rosa (2010) e Akkari (2013), que ambos questionam a falta de uma metodologia de ensino multicultural exclusiva para as comunidades indígenas.

A nova lei de imigração brasileira promulgada em 2017 permite compreender o direito assegurado a educação diferenciada de crianças e adolescentes imigrantes e refugiados que se encontram no país (Von Zuber *et al.*, 2018, p. 231).

As escolas de Roraima atendem a uma grande diversidade de alunos, incluindo indígenas locais e não indígenas, assim como alunos venezuelanos indígenas ou não. A partir disso, torna-se necessário o uso da interculturalidade educacional nesses espaços para que as diferenças étnicas sejam reconhecidas e agreguem de forma positiva. Vale ressaltar que, segundo Rosa (2010), além da *Casa de los Niños*, já houve projetos de escola no abrigo de Pitolândia, localizado em Boa Vista. Na ocasião em questão, o projeto foi organizado por organizações não governamentais que visavam a educação inicial dos Warao e contavam com professores ou especialistas no contexto Warao.

Fora que, além das questões da língua, tinham também as de mobilidade, muitas das escolas públicas em que os Warao são inseridos ficam longe dos abrigos, e por ser nos centros urbanos os pais acabam ficando com certo receio de mandar seus filhos devido à distância e as questões de violência.

7.1 AS BARREIRAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE WARAO EM BOA VISTA - RR

Em termos de escolas municipais, segundo Baptaglin e Silva Monteiro (2021), Boa Vista vem passando por uma série de dificuldades, onde uma delas acabou sendo a intensificação do fluxo migratório que aconteceu nos últimos anos. O município conta com 124 escolas municipais, sendo que 107 delas encontram-se na zona urbana e 17 na zona rural. Durante 2015, foi observado uma grande movimentação de imigrantes e refugiados indígenas dentro dessas escolas.

Visto isso, é necessário entender que a educação para além de necessária é uma prática social que visa o desenvolvimento social e acadêmico do ser humano, sendo assim, é importante pôr em prática estratégias que vivem a coexistência do ser humano indígena migrante e refugiado junto a espaços públicos, garantindo a eles o direito a educação indígena bilíngue e diferenciada dentro das escolas brasileiras sendo rurais ou urbanas.

Nesse contexto, as escolas têm o papel fundamental de acolher e identificar essas diferenças e barreiras que os impede de ter uma educação linear, oferecendo a devida valorização aos grupos que compõem a nossa sociedade, quer sejam eles indígenas locais ou então indígenas migrantes e ou refugiados.

De acordo com Baptaglin e Monteiro, (2021):

Apenas de 2015 até 2020 cerca de 5.938 imigrantes venezuelanos, estavam matriculados em escolas municipais de Boa Vista, dentre eles estão os indígenas de diversas etnias, uma delas sendo os Warao. Contudo, mesmo com grande fluxo de entrada das etnias indígenas em Boa Vista, e o número de crianças e jovens matriculados ainda é muito baixo em relação ao número de jovens e crianças presentes em Boa Vista, além disso tudo ainda tem a falta de recursos didáticos e de uma metodologia adequada. (Baptaglin; Monteiro, 2021, p. 16)

Ainda segundo os autores Baptaglin e Monteiro (2021), no período de 2014 a 2020 jovens e crianças indígenas que já estavam no Brasil e encontravam-se em abrigos locais de Roraima e Boa Vista, já começavam a buscar por sua inclusão no meio educacional e social. Contudo, a maioria ainda não possuía a documentação necessária ou não tinham nenhuma documentação, e isso acabava os impedindo de serem matriculados nas redes de ensino.

De acordo com Soares (2022), em 2018 o abrigo de Pintolândia, localizado em Boa Vista, contava com cerca de 108 crianças, com idades entre 4 e 17 anos da etnia Warao e Enepa, e dentro desse número apenas 49 informaram possuir experiências escolares na Venezuela. As crianças entrevistadas demonstraram ter o interesse, mas na educação escolar diferenciada, ou

seja, aquela que respeita e preserva sua cultura e ensinamentos do local de origem, do que na educação escolar convencional.

Já em 2020, uma nova pesquisa feita pela ACNUR e FHI, com jovens e crianças com idades até os 16 anos, 18% declararam não saber ler e nem escrever, 17% informaram ter cursado até o sexto ano na Venezuela e menos de 14% tinham concluído o ensino médio, mas a maioria tinha um domínio da língua espanhola por terem tido contato com o ensino bilíngue.

7.2 CONTEXTUALIZANDO A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE WARAO EM MOSSORÓ – RN, BELEM- PA E BOA VISTA-RR

A partir de 2019, os processos migratórios dos warao intensificaram para áreas do nordeste, especificamente por cidades de médio porte, e aí que começam a ter os primeiros indícios da comunidade warao em Mossoró RN. Segundo, Silva, Barbosa, Leite (2022), a chegada da população Warao em Mossoró causou uma certa estranheza por parte da população local, pois não estavam tão acostumados com o modo de vida e convivência da comunidade warao.

Não tão diferente de Boa Vista e Belém, podemos perceber que, ao chegar em Mossoró-RN, os Warao já começam a desenvolver seu trabalho de arrecadação de dinheiro, coleta de alimentos nos semáforos e a fabricação de seu artesanato nas principais avenidas de Mossoró como forma de garantir seu sustento e juntar dinheiro para possíveis deslocamentos futuros (Silva; Barbosa; Leite, 2022, p. 10).

O fato de a comunidade Warao sempre estar junta chamou a atenção das autoridades locais. Além dos adultos, observou-se que as crianças também acompanhavam seus pais na tarefa de pedir dinheiro e alimentos nos semáforos. Além de causar revolta na comunidade, outro fato que se tornou preocupante foi que, em 2019, começou a pandemia global do COVID-19. Como forma de garantir a segurança e preservar a saúde da comunidade Warao, a prefeitura de Mossoró-RN passou a acompanhar os Warao, com o intuito de assegurar e garantir a eles o acesso a programas sociais, assistência financeira e ao sistema público de saúde.

Como, a partir desse momento, a comunidade Warao em Mossoró crescia, em 2020 foi necessário entrar em contato com os órgãos de proteção ao imigrante e refugiado. A prefeitura de Mossoró então acionou o CERAM - Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, que passou a acompanhar os Warao ali presentes, dando a eles o auxílio e a direção necessária para que conseguissem conviver ali

e tivessem sua documentação regulamentada para poder trabalhar e matricular seus filhos nas escolas (Silva; Barbosa; Leite, 2022).

O Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte - CERAM, tem como objetivo principal propor diretrizes orientadoras para implementação das políticas públicas de atenção a essa população no Estado do Rio Grande do Norte. (CERAM/RN, 2021, p. 11).

Em relação à educação, precisamos lembrar que em 2019 o Brasil passava por uma pandemia global da COVID-19, realmente percas, dificultou ainda mais o processo educacional, pois as aulas porque antes eram presenciais começaram a ser de formas remotas.

Silva, Barbosa, Leite (2022), argumentam sobre a situação dos warao, que eram recém chegados e já estavam enfrentando as Barreiras linguísticas e documentários, Acabaram ficando ainda mais prejudicados, crianças e adolescentes da etnia warao enfrentavam dificuldades por não estarem acostumados com essa forma de ensino E muito menos tinha professores preparados para culturalmente incluir socialmente aquela criança ou adolescente no meio educacional de forma que a mesma não se sentisse deslocada em meio a conteúdos totalmente diferentes no seu cotidiano.

Contextualizando com a situação dos Warao em Belém – PA, observamos que as dificuldades e empecilhos são constantes, na ocasião, o autor Ribeiro (2020), fez uma análise onde trouxe a sua percepção a respeito da relação dos Warao com o ambiente escolar. A escola a ser mencionada aqui é a Escola municipal Prof. Pedro Demo, localizada na Rua do Estacionamento da Praia do Amor, Bairro Água Boa, no Distrito de Outeiro, Belém-PA. Até 2022 acolhia cerca de 35 indígenas da etnia Warao matriculados.

Contudo, ainda tinham os que ainda não estavam inseridos e nem matriculados nessa rede de educação, e os que além da dificuldade de comunicação ainda enfrentavam problemas relacionados a transporte ou dificuldade de adequação aquele meio que até então para eles ainda é estranho ou desconhecido.

Segundo o autor Ribeiro (2020), a escola em questão não contava com professores bilíngue ou intérpretes da língua espanhol ou Warao, é o que de modo geral, já dificulta com que esse processo de integração social aconteça, acarretando que os professores muitas das vezes não conseguiam compreender os alunos, e os alunos se mostraram desatentos por também não ter um bom entendimento do português e nem ter material adequado para ser abordado em sala de aula.

O que de certo modo dificulta o entendimento e o progresso dos Warao academicamente, sem os materiais e metodologias adequados fica quase impossível se ter um

avanço ou progresso no meio acadêmico. Gomez (2022), contextualiza que durante os últimos anos, o número de imigrantes e grupos familiares venezuelanos que se identificam como indígenas no Brasil teve um crescimento considerável, em sua maioria pertencentes da etnia Warao, por isso é necessário ser garantido os direitos humanos básicos de qualquer ser humano como saúde e educação e segurança.

O que é reafirmado na constituição federal brasileira de 1988, que assegura a educação escolar indígena, afirmando que é um direito de todos. E por isso, o Brasil vem construindo normativas que assegurem os direitos dos povos indígenas em relação a sua educação específica e diferenciada.

De acordo com Silva, Barbosa e Leite, (2021, p. 16):

Boa Vista por ter uma grande quantidade de pessoas da comunidade Warao, é necessário que ocorra um mapeamento rigoroso, para que dessa forma o município consiga montar um plano de organização para inclusão desses jovens e crianças na educação básica e superior, identificando as barreiras que os impede de ter acesso a tais benefícios, que tem como a falta de documentação um dos fatores que mais prejudicam o acesso à educação ou a saúde, que são direitos básico de um ser humano.

Diante dessas narrativas, é necessário que a inclusão de crianças e jovens migrantes em redes de ensino estadual ou municipal tenha a devida atenção e observação, para que os direitos específicos sejam cumpridos, como o respeito e a preservação de sua cultura nativa, o uso de materiais didáticos e metodologias inclusivas e multiculturais.

A questão da matrícula em si não é apenas burocrática em ambas as cidades citadas; é necessário também o acompanhamento em sala de aula, transporte adequado e seguro, alimentação escolar dentro da dieta estrangeira, o que é outro ponto muito importante a ser abordado. Além disso, há outras questões, como fardamento para todos, um nível considerado de comunicação e integração social dessa pessoa entre os outros alunos e professores. Fatos esses que, pedagogicamente, são desafiadores quando se trata de uma cultura e língua diferentes

Para além disso, é necessário que, além de todos esses direitos imprescindíveis para a socialização dos Warao no meio educacional e social, ocorra o respeito com a etnia e a cultura Warao. É perceptível que os casos de xenofobia com estrangeiros existem em todos os lugares. Conforme citado pelo autor Xavier (2020), já foram observados casos de xenofobia com a comunidade Warao em centros de atendimentos e acolhimentos. A garantia de seus direitos básicos não vai fazer com que a xenofobia acabe, mas vai proporcionar a eles a proteção e o acolhimento necessários para que possam viver dignamente.

7.3 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL IMPLEMENTADOS PARA REFUGIADOS INDIGENAS VENEZUELANOS EM BOA VISTA – RR, COM FOCO NA ETNIA WARAO

Atualmente os migrantes e refugiados venezuelanos, sendo eles indígenas ou não que chegam em Roraima, contam com o apoio de alguns programas sociais que junto com as políticas públicas, fazem a primeira parte dessa triagem e acolhimento necessários para que eles consigam viver de forma regulamentada.

Segundo a ACNUR (2023):

Em 2016, quando começou o período de intensificação das migrações venezuelanas, era o papel da defesa civil mapear, localizar e dar apoio a comunidade indígenas refugiados e imigrantes como os Warao. Porém, com a implantação (OP) operação acolhida a situação começou a ter certos avanços significativos.

Dentro ainda da operação acolhida, é feito uma triagem inicial onde encaminham esses refugiados e migrantes para postos da polícia federal (PF), onde é feita a verificação e regularização da sua atual situação documental, para que mais na frente facilite sua inclusão em programas sociais do governo. Além disso, é feito uma breve entrevista inicial, para verificação de vacinas como da febre amarela e tríplice viral que são necessárias e obrigatórias no acolhimento internacional no Brasil. A partir disso, são encaminhados para os centros e abrigos de moradia provisória em Boa Vista – RR (Santos, 2022).

Em relação às crianças, as políticas públicas tanto no Brasil, quanto aos presentes no estatuto do imigrante e refugiado garantem por lei o acesso à educação normal ou diferenciada para as crianças e adolescentes de diferentes etnias como as do Warao, que tem seu direito garantido ao acesso às escolas municipais de Boa Vista-RR.

Pelo fato da metodologia dos indígenas Warao serem diferentes da metodologia que é apresentada nas escolas de Boa Vista-RR, isso acaba gerando um impacto cultural muito forte, já que normalmente a maioria das escolas não possuem o apoio necessário e nem materiais específicos para lidar com as especificações da etnia Warao.

Ainda de acordo com Santos, (2020):

A escola deve ser ética, de forma que promova a construção do conhecimento, indo ao encontro da enorme diversidade e particularidade da sociedade, olhando para os problemas sob diferentes perspectivas de forma a trazer contribuições e vivências na prática educativa, esclarecer conhecimentos, e torná-lo relevante. (Santos, 2020, p. 50).

Ou seja, a escola deve ser acolhedora na forma que vai produzir e passar esse conhecimento, fazendo com que os warao se sintam parte daquela nova comunidade, mas que haja o respeito a sua cultura local e que seja abordada de forma respeitosa, que suas vivencias venham de forma a contribuir na sua nova vida.

8 CRONOGRAMA

2022/2023

Semestre	1	2	3	4	5	6	7
Escolha do tema		X					
Coleta de dados			X			X	
Análise dos dados e leitura					X	X	
Redação do projeto						X	
Revisão e análise final do material coletado						X	
Entrega da primeira versão do projeto						X	
Ajustes finais							X
Entrega prevista do projeto final							X

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coords.); ZUBEN, Catarina von et al. (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' NEPO/UNICAMP, 2018. 399 p. (Série Migrações).
- BAPTAGLIN, Leila Adriana; MONTEIRO, Patricia de Sousa. "**Diversidade Cultural: Processos Migratórios e a Educação.**" **Diversidade Cultural**, Santarém\PA, v. 11, n. e020142, p. 01-22, 1 jan. 2021.
- BEZERRA SOARES, Valclécia. **Os Warao e a Interculturalidade: Propostas para uma educação escolar indígena migrante a partir da ACP/Roraima**. Universidade Federal da Paraíba, 2020, p. 1-91, 30 out. 2020.
- CERAM. **Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 2020, p. 1-35, 1 jan. 2020.
- DA SILVA MATOS, Doris Cristina Vicente; PERMISÁN, Cristina Goenechea. "**Educação Intercultural e Formação de Professores em Contexto Espanhol para Alunos Imigrantes.**", [S. l.], p. 1-16, 9 mar. [Year of publication, if available].
- HERNAIZ, Ignácio (Org.). **Educação na Diversidade: Experiências e Desafios na Educação Intercultural Bilíngue**. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2009. 349 p. (Coleção Educação para Todos).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Educação Escolar e Interculturalidade: A Inserção do Aluno Indígena no Contexto Urbano em Boa Vista – RR**. Brasília, 2021. 58 p. 31.
- KING CHAVES, Karen Rafaela; BARBOSA ALVES, Ana Paula; FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES, Francilene. **Estágio Supervisionado Realizado no Centro de Referência do Imigrante – Boa Vista – Roraima**.
- MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; PERMISÁN, Cristina Goenechea. "**Educação Intercultural e Formação de Professores em Contexto Espanhol para Alunos Imigrantes.**", [S. l.], v. 42, n. 4, p. 1094-1108, 1 dez. 2016.
- OIM. **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil: vulnerabilidade em contexto migratório**. ,ano 2018.
- OIM. **Soluções Duradouras para Indígenas Migrantes e Refugiados no Contexto do Fluxo Venezuelano no Brasil: Povos Indígenas no Fluxo Migratório Venezuelano**. Brasília, 2020. Edição sem especificação. 116 p. 10 Maio 2020..
- ROCHA RIBEIRO, Karen Rafaela. Los niños Warao – **O Lúdico e a Socialização na Escola e na Comunidade: Uma Etnografia Junto a Indígenas Venezuelanos na Escola Municipal Prof. Pedro Demo e na Comunidade Prosperidade em Outeiro, Belém**. [Local de publicação, se disponível], 2022, p. 1-44, 5 jan. 2022.

ROSA, Marlise; QUINTERO, Pablo. **Entre a Venezuela e o Brasil: Algumas Reflexões sobre as Migrações Warao: A Sociedade Warao: Breve Panorama Etnológico e Histórico.** 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, virtual, 2020, p. 1-13, 6 nov. 2020.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKARRI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação Intercultural: Desafios e Possibilidades.** 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013. 200

SILVA, Claudina Miranda; PORTELA, Selma Maria Cunha; MATOS, Maristela Bortolon de. **Educação Escolar e Interculturalidade: A Inserção do Aluno Indígena no Contexto Urbano em Boa Vista – RR.** LDB 9.394/96 e a Educação Intercultural. Roraima, 2019, v. 20, ed. 56, p. 1-15, 1 jan. 2019.

SOUSA, Marlise. **A Mobilidade Warao no Brasil e os Modos de Gestão de uma População em Trânsito: Reflexões a partir das Experiências de Manaus-AM e de Belém-PA.** Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho. 2020. 322 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, Dos Santos, Josué Carlos. **Entre Idas e Vindas: Os Processos de Aprendizagem de Crianças Indígenas Venezuelanas Warao Refugiadas e Migrantes em Roraima, Amazônia.** Orientador: Profa. Dra. Isabela Coutinho Costa. 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Roraima, Universidade Estadual de Roraima, 2022.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; MACHADO, Igor José de Reno. **Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a Gestão Militarizada nos Abrigos para Migrantes Venezuelanos/as em Boa Vista-RR.** [Local de publicação, se disponível], 13 abr. 2021. p. 107-122.

SILVA, E. A. da; BARBOSA, R. B.; LEITE, L. S. M. **O processo de integração social de crianças e adolescentes indígenas Warao na escola pública em Mossoró-RN.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 26, n. esp.4, p. e022113, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26iesp.4.17128. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17128>.